

NOTA INFORMATIVA
 No 3.2018 | 18.04.2018

Angola solicita apoio ao FMI para aplicação de políticas

Futuro acordo não contempla ajuda financeira e será negociado em Maio

A. DESCRIÇÃO

1 - O Ministério das Finanças (MinFin) anunciou uma solicitação de apoio técnico ao FMI, que consistirá num programa de Policy Cooperation Instrument (PCI), um programa de ajuda institucional do Fundo às autoridades angolanas, com o objectivo de aplicar uma série de políticas económicas.

2 - O PCI é um instrumento recente do conjunto de apoios possíveis a solicitar ao FMI. Em concreto, Angola é apenas o 2º país a solicitar este tipo de apoio, a seguir às Seychelles, que viram o seu programa para 3 anos aprovado em Dezembro de 2017. **O programa não contempla qualquer tipo de apoio financeiro, consistindo apenas num programa de suporte à aplicação de políticas,** ao contrário do acordo Stand-by que vigorou entre 2009 e 2012 que implicou um desembolso total de USD 1,4 mil milhões, por parte da instituição sediada em Washington.

3 - Segundo o MinFin, o programa deverá ter como base a implementação do Plano de Estabilização Macroeconómica (PEM), aprovado em Dezembro de 2017 pelo Executivo angolano. Neste sentido, as medidas que já constam do PEM – que apontam para a **consolidação fiscal** e a **estabilização do mercado cambial** – formarão grande parte do futuro acordo a ser negociado. O MinFin espera conseguir aumentar a “credibilidade externa do nosso país com efeitos positivos na captação de Investimento Directo Estrangeiro”.

4 - Por sua vez, a declaração dos responsáveis do FMI reconheceu o pedido das autoridades angolanas, elogiando as políticas já implementadas pelo Governo de João Lourenço e mostrando-se disponível para atender à solicitação do Executivo angolano. Relativamente ao prazo para as negociações do referido programa, estas deverão ocorrer pouco depois da discussão com as autoridades nacionais relativamente ao relatório do Artigo IV de 2018, o que faz com que o programa só possa ser aprovado a partir de Maio.

Preço do petróleo tem ajudado no valor da dívida trocada em mercado secundário

USD por barril; índice



Reservas têm caído consistentemente no último ano e meio

USD mil milhões



B. ANÁLISE

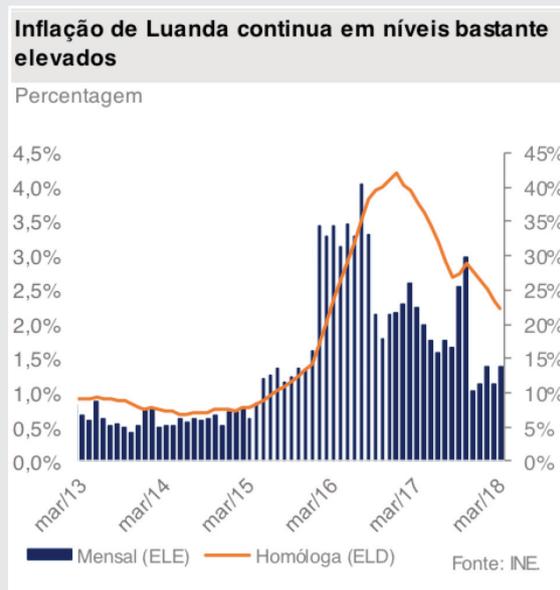
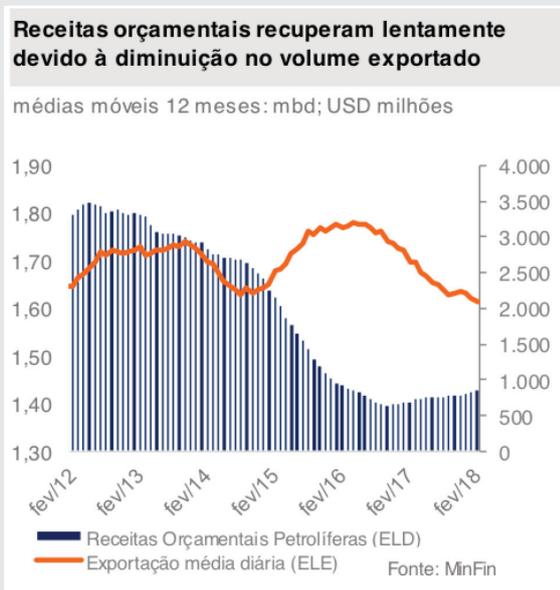
1- Uma das consequências deste possível acordo é uma maior capacidade de real implementação de reformas por parte das autoridades nacionais. Por um lado, a intervenção do FMI porá seguramente mais alguma pressão na concretização das políticas pretendidas – embora não tanta pressão como num programa onde existe financiamento; por outro, parece-nos que esta formalização é, em alguma medida, uma institucionalização de alguma cooperação que já estava a ocorrer entre o FMI e certas entidades angolanas (por exemplo, o BNA).

2 - É importante notar que a percepção externa do país é determinante nas decisões de investimento e financiamento. Nesse sentido, esta formalização poderá ser importante na melhoria da imagem de Angola no exterior; de facto, a ocorrer a já esperada emissão de Eurobonds (que se estima poder totalizar USD 2 mil milhões), esta deverá apresentar um juro menor consoante a maior probabilidade de apoio do FMI, ainda que apenas técnico; ressalve-se que o efeito positivo será proporcional ao grau de compromisso do Governo angolano ao programa, pelo que o impacto inicial não será muito significativo. Além disso, a aceitação da entrada de Angola neste programa por parte do FMI terá implícito também um pormenor relativamente importante: este tipo de programas está disponível apenas para países que não necessitem de apoio financeiro do FMI aquando do início do mesmo; ou seja, ao iniciar este programa, o FMI reconhece que Angola não tem necessidade de financiamento por parte do Fundo.

3 - Finalmente, em certa medida, o programa abre a possibilidade a uma “garantia de emergência” por parte do FMI. De facto, na descrição deste tipo de instrumentos, o FMI afirma que o “o cumprimento do PCI poderá facilitar o acesso a recursos do Fundo caso o país-membro experiencie uma necessidade na balança de pagamentos”; na prática, no caso de entrada em vigor deste acordo, o foco sobre as reservas internacionais de Angola poderá diminuir, ainda que temporariamente.

C. CONCLUSÃO

1- De facto, este programa não deverá constituir uma mudança significativa no cenário macroeconómico para Angola. Os principais problemas - elevada dívida, com concentração de reembolsos no curto-prazo, inflação persistentemente alta, disparidade no câmbio, e dependência quase absoluta do petróleo – permanecerão no curto e médio-prazo independentemente da existência do programa.



Caixa - FMI melhorou a expectativa para o crescimento económico em Angola, sobretudo no longo-prazo

1 - O FMI lançou esta terça-feira o World Economic Outlook de Abril de 2018, a actualização bi-anual de previsões para a economia global. As expectativas para a economia global colocam o crescimento em 3,9% em 2018 e 2019, ligeiramente acima dos 3,8% estimados para 2017.

2 - Na África Subsariana deverá observar-se uma aceleração do crescimento, particularmente devido à recuperação nos exportadores de commodities, grupo do qual Angola faz parte. Depois de um avanço de 2,8% no PIB em 2017, o crescimento tornar-se-á mais robusto, segundo as previsões do FMI, passando para 3,4% em 2018 e 3,7% em 2019.

3 - Relativamente a Angola, as previsões mostram uma melhoria de expectativas face às últimas previsões da instituição baseada em Washington. Apesar do FMI agora estimar um crescimento mais moderado em 2017 (0,7%, vs 1,5% anteriormente), confirma-se um cenário mais positivo para 2018 (2,2%, mais 0,6 p.p.) e 2019 (2,4%, mais 1,0 p.p.). **Mais importante ainda, o FMI espera que o crescimento aumente significativamente em 2023, passando para 4,9%, acima da média da região (4,0%) e bastante mais do que o que era previsto de 2020 a 2022 (1,4-1,5%)** - a instituição não dispunha anteriormente de previsões para o ano de 2023, e não divulga agora números para o período imediatamente anterior.

4 - Na inflação, a perspectiva é menos positiva: o FMI espera ainda 27,9% de inflação média em 2018 (esperava 20,6% na previsão anterior) e 17% em 2019 (14,0% antes). Ainda assim, o Fundo prevê que a inflação atinja um nível bastante moderado em 2023, 6,5%, o que seria inédito no registo estatístico recente em Angola, e o nível mais baixo desde a produção nacional de estatísticas pelo INE.

5 - Quanto ao saldo da balança corrente, há uma expectativa mais positiva, de um défice de 2,2% do PIB este ano, o que configuraria uma melhoria significativa face aos 4,5% estimados em 2017; em 2019, o FMI espera mesmo um quase equilíbrio da balança corrente (défice de 0,1% do PIB). Porém, o cenário aponta para nova deterioração em direcção a 2023 (défice de 2,9% do PIB), o que é consistente com uma perspectiva de maior crescimento económico.



Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BFA nos mercados referidos. O BFA, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BFA e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte. Os números são expressos utilizando o ponto como separador de milhares e a vírgula como separador decimal e utilizando a designação de “milhar de milhão” para 10⁹.